Agentes comuns: circuitos de informação, predação marítima e construção imperial no Atlântico português (séculos XVII e XVIII)

Resumo: Esse texto discute a noção de agentes comuns como elementos centrais no processo de construção imperial. Apresentamos uma reflexão sobre o papel de grupos subalternos nas dinâmicas que perpassam os conflitos que moldaram as disputas imperiais no Atlântico. Destacamos a agência desses grupos nas práticas de espionagem e de organização da defesa costeira, ressaltando as ambiguidades das relações entre os agentes comuns e as autoridades régias. Sugerimos uma perspectiva alternativa para pensar o processo de formação do império português no Atlântico.

Palavras-chave: predação marítima; circuitos de informação; construção imperial; agentes comuns

Agentes comunes: circuitos de información, depredación marítima y construcción imperial en el Atlántico portugués (siglos XVII y XVIII)

Resumen: Este texto discute la noción de *agentes comunes* como elementos centrales en el proceso de construcción imperial. Presentamos una reflexión sobre el papel de los grupos subalternos en las dinámicas que impregnaron los conflictos que configuraron las disputas imperiales en el Atlántico. Destacamos la agencia de estos grupos en las prácticas de espionaje y en la organización de la defensa costera, subrayando las ambigüedades de las relaciones entre los *agentes comunes* y las autoridades reales. Sugerimos una perspectiva alternativa para pensar la formación del imperio portugués en el Atlántico.

Palabras clave: predación marítima; circuitos de información; construcción imperial; agentes comunes.

Common Agents: Information Circuits, Maritime Predation, and Empire-building in the Portuguese Atlantic (17th and 18th centuries)

Abstract: This text discusses the notion of *common agents* as central elements in empire-building. We present a reflection on the role of subaltern groups in the dynamics that permeated the conflicts that shaped imperial disputes in the Atlantic. We highlight these groups' agency in espionage practices and the organization of coastal defense, highlighting the ambiguities of the relationships between common agents and the royal authorities. We suggest an alternative perspective for thinking about the Portuguese empire's formation process in the Atlantic.

Keywords: maritime predation; information circuits; empere-building; common agents.

Cómo citar este artículo: Hugo André Flores Fernándes de Araújo, "Agentes comuns: políticas de informação, predação marítima e construção imperial no Atlântico Português (Séculos XVII e XVIII)", *Trashumante. Revista Americana de Revista Social* 25 (2024): 50-71.

DOI: 10.17533/udea.trahs.n25a04

Fecha de recepción: 15 de diciembre de 2023

Fecha de aprobación: 02 de abril de 2024

Hugo André Flores Fernándes de Araújo: Doctor en Historia Social por la Universidad Federal de Rio de Janeiro. Becario Posdoctoral Junior en la Universidad Federal de Santa María. Participante en el proyecto "Encontros piratas: base de dados online sobre a predação marítima no Atlântico Sul (séculos XVII e XVIII)". Filiación actual: Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Correo electrónico: hugoaffa@hotmail.com

https://orcid.org/0000-0002-9381-5916

Agentes comuns: circuitos de informação, predação marítima e construção imperial no Atlântico português (séculos XVII e XVIII)

Hugo André Flores Fernándes de Araújo

Introdução

A historiografia recente tem buscado repensar os mecanismos utilizados pelos impérios coloniais para construir e manter o controle de suas conquistas e territórios do ultramar. No caso luso-brasileiro uma parte dos estudos explorou o papel dos vínculos estabelecidos entre os vassalos ultramarinos e os conselhos régios através da análise de redes governativas e de circuitos de comunicação.[1] Contudo, esses estudos se concentram na atuação de elites e oficiais régios, e pouca atenção foi dada a forma como grupos sociais das margens (africanos livres e escravizados, indígenas e trabalhadores pobres) participaram de modo informal nas dinâmicas de construção imperial, particularmente nas questões de guerra e defesa.

Nesse sentido, destacaremos como alguns trabalhos evidenciaram a agencia desses grupos sociais e propuseram conceitos que oferecem um prisma diferente acerca da construção imperial no Atlântico português. Os trabalhos de Alida Metcalf, Amélia Polónia e Cátia Antunes são referências incontornáveis, pois demonstraram como intermediários (*go-betweens*) e agentes informais participaram ativamente do processo de colonização ao longo dos séculos XVI e XVII.

Aliada Metcalf definiu a figura do intermediário como integrada em um alargado contexto histórico e antropológico. Categorizou esses agentes em três tipos: físicos/biológicos: marinheiros, colonos, escravizados e indígenas, entendidos como materializadores de vínculos entre os mundos, por transportarem doenças, flora e fauna; transacionais: tradutores, negociadores, degredados e mestiços, entendidos como facilitadores da comunicação e das interações sociais entre os mundos

1. João Luís Ribeiro Fragoso e Nuno Gonçalo Monteiro, orgs., *Um reino e suas repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017); Carla Maria Carvalho de Almeida, org., *Diálogos com o império: câmaras ultramarinas e comunicação política na monarquia pluricontinental portuguesa, séculos XVII e XVIII* (Belo Horizonte: Fino Traço, 2019); Guillaume Gaudin e Roberta Stumpf, orgs., *Las distancias en el gobierno de los imperios ibéricos: Concepciones, experiencias y vínculos* (Madrid: Casa de Velázquez, 2022).

e, por último, os representacionais: cronistas, viajantes, pintores, cartógrafos, isto é, todos aqueles indivíduos que representaram a cultura do "outro" através da escrita, dos mapas e das ilustrações.[2] Metcalf demonstrou como esses intermediários foram elos importantes para que os encontros ocasionais entre portugueses e indígenas na América portuguesa se tornassem relações mais estabelecidas e em alguns casos se convertessem em alianças duradouras.

A dependência da Coroa portuguesa da cooperação de particulares durante a expansão ultramarina foi largamente ressaltada por Amélia Polónia.[3] A autora destacou que a cooperação multiétnica (europeus, asiáticos, africanos e ameríndios) foi um pilar central para a criação e perpetuação das relações imperiais lusas. Para compensar a falta de recursos e pessoas engajadas na construção imperial os grupos privados foram estimulados a participar das ações através de direitos e privilégios concedidos pela coroa Portuguesa.[4] De acordo com Polónia e Antunes, o processo de construção imperial envolvia um controle administrativo e organização militar, demandando logística e aporte financeiro que indivíduos e grupos isolados não dispunham. Entretanto, esse sistema dependia da cooperação implícita ou explicita dos indivíduos.[5] Como resultado as autoras propuseram que agentes individuais e grupos articulados em redes deram origem a "impérios informais" os quais operavam em escala global entre fronteiras geográficas e imperiais, transitando em zonas restritas de diversidade religiosa e étnica ou mesmo atuando contra os interesses do centro, configurando estruturas "sem fronteiras, auto-organizadas, por vezes interculturais, multiétnicas e plurinacionais".[6] Por essa razão, as comunidades marítimas e os marinheiros foram imprescindíveis para o estabelecimento das rotas comerciais que materializaram o império português. Além disso, a coroa transferia os encargos de defesa para esses grupos, pois

> Mesmo para se protegerem de ataques de corsários, as comunidades marítimas portuguesas tinham que prover à sua própria defesa, dependendo de contributos individuais a constituição de uma frota de vigilância da costa e a implementação de um sistema de informação capaz de alertar em caso de aproximação de frotas suspeitas e permitir a organização da fuga ou da defesa.[7]

2. Alida C. Metcalf, *Go-Betweens and the Colonization of Brazil, 1500-1600* (Austin: University of Texas Press, 2005) 29.
3. Amélia Polónia, "Portuguese Seafarers: Informal Agents of Empire-Building", *Law, Labour, and Empire: Comparative Perspectives on Seafarers, c. 1500-1800*, eds., Maria Fusaro e outros (London: Palgrave Macmillan, 2015) 215.
4. Polónia 220.
5. Cátia Antunes e Amélia Polónia, eds., *Beyond Empires: Global, Self-organizing, Cross-imperial Networks, 1500-1800* (Leiden/Boston: Brill, 2016) 5.
6. Cátia Antunes e Amélia Polónia, eds., *Mechanisms of Global Empire Building,* (Porto: Afrontamento, 2017) 7.
7. Amélia Polónia e Amândio Barros, "Articulação Portugal/Brasil. Redes informais na construção do sistema Atlântico (séculos XVI-XVIII)", *Políticas e estratégias administrativas no mundo atlântico*, orgs., Suely Creusa Cordeiro de Almeida e outros (Recife: Editora Universitária UFPE, 2012) 29-30.

Por um prisma semelhante, Gabriel de Avilez Rocha (2016) destacou o papel da predação marítima conduzida por agentes oficiais e informais na dinâmica de colonização dos arquipélagos no Atlântico Ibérico. Rocha enfatiza como o saque, a pilhagem e a escravização foram práticas mobilizadas na luta pelos bens comuns do Atlântico (pesca, caça, pecuária, extração vegetal) moldando atitudes individuais e procedimentos oficiais definidores da construção imperial que teve lugar durante a primeira modernidade.[8]

Os contatos interculturais entre povos indígenas, escravizados e colonos europeus já foram objeto de estudos importantes para as relações estabelecidas no Atlântico Norte e no Caribe, como os trabalhos de Richard White, Alejandra Dubcovsky e Arne Bialuschewski. White sugere que os reiterados contatos entre esses grupos criavam o que ele definiu como *Middle Ground*, isto é, "um conjunto de práticas, rituais, ofícios e crenças que, embora composto por elementos do grupo em contato, é, como um todo, separado das práticas e crenças de todos esses grupos",[9] dando um novo sentido às relações interculturais. Alejandra Dubcovsky indica como esses contatos revelam as diferenças entre as expectativas e entendimentos dos grupos envolvidos, e que a despeito das dificuldades na comunicação, o intercambio informacional ocorria para ambos lados e as relações interculturais moldavam as dinâmicas de controle do território.[10] Arne Bialuschewski destacou em seus trabalhos como bucaneiros e piratas que operavam no Caribe frequentemente o faziam em regiões que eram controladas por indígenas. Ao considerar como esses povos criaram relações interculturais com a pirataria, em algumas situações participando das operações de saque, em outras ajudando a repelir os invasores, Bialuschewski apresenta elementos para uma nova compreensão acerca dos fenômenos da predação marítima que incluem os povos indígenas como elementos centrais desse processo.[11]

Consideramos que as categorias discutidas anteriormente são importantes para pensar a história das relações imperiais na era moderna, e gostaríamos de desenvolver a discussão a partir de uma proposição que contemple o papel de indivíduos de grupos subalternos nas dinâmicas informais da guerra, comunicação e defesa costeira. Deste modo, propomos a noção de *agentes comuns* como categoria para pensar a agencia de grupos sociais das margens no processo de construção imperial na América lusa, ressaltando como diferentes impérios coloniais utilizavam esses indivíduos em suas políticas de informação. Por *agentes comuns* entendemos a gama

8. Gabriel de Avilez Rocha, *Empire from the Commons: Making Colonial Archipelagos in the Early Iberian Atlantic* (Ph.D. diss., New York University, 2016).

9. Richard White, *The Middle Ground: Indians, Empires, and Republics in the Great Lakes Region, 1650-1815* (New York: Cambridge University Press, 2011) XIII.

10. Alejandra Dubcovsky, *Informed Power: Communication in the Early American South* (Cambridge: Harvard University Press, 2016) 41.

11. Arne Bialuschewski, "Juan Gallardo: A Native American Buccaneer", *Hispanic American Historical Review* 100. 2 (2020): 233-256; Arne Bialuschewski, "Slaves of the Buccaneers: Mayas in Captivity in the Second Half of the Seventeenth Century", *Ethnohistory* 64.1 (2017): 41-63.

multiétnica de atores sociais, tais como negros (libertos e escravos), indígenas, mulatos e brancos pobres que através da sua mobilidade laboral cotidiana desempenhavam papéis centrais para a organização da guerra e dos sistemas de comunicação. Portanto, eram atores sociais "comuns" do ponto de vista da hierarquia social do período, pois pertenciam às camadas populares, mas também eram "comuns" na medida em que outros impérios coloniais buscaram se aliar a esses grupos para empreender as disputas territoriais na América portuguesa. Em meio aos conflitos imperiais esses grupos se tornaram elementos centrais, pois definiam e redefiniam suas alianças a partir de seus interesses e estratégias.

O texto está dividido em duas seções. Na primeira observaremos o papel dos *agentes comuns* nas guerras holandesas, destacando a atuação desses grupos em ações de inteligência e espionagem. Na segunda sessão analisaremos as ações dos *agentes comuns* frente a predação marítima, refletindo sobre as dinâmicas de cooperação e oposição dos grupos subalternos no processo de construção imperial.

1. Agentes comuns nas guerras holandesas

As guerras holandesas foram marcadas por diversos episódios nos quais as ações de inteligência tiveram um papel decisivo. Isso se tornou mais evidente com insurreição deflagrada em 1645. O evento foi arquitetado com todo segredo e dissimulação para ser um golpe definitivo contra o jugo neerlandês no Brasil, porém diversos fatores imprevistos fizeram com que a guerra se arrastasse por mais nove anos, marcados por um cerco permanente nas principais praças fortes comandadas pelas forças da Companhia das Índias Ocidentais (WIC).[12] Esse cenário favoreceu a atuação de negros (livres e escravizados) e indígenas nas dinâmicas de informação, agindo como informantes, descubridores de campo (batedores), mensageiros, emboscadores e sabotadores. Como veremos os dois lados do conflito se valeram desses *agentes comuns* para operações de inteligência[13] durante o conflito, por vezes disputando a lealdade desses grupos, o que reforça a sua centralidade nas disputas imperiais.

O relato do Frei Manuel Calado é repleto de episódios que apresentam as ações de inteligência durante o período de cerco do Recife (1645-1654). Em uma dessas

12. As principais obras sobre a insurreição pernambucana são: Charles Ralph Boxer, *Os holandeses no Brasil, 1624-1654* (Recife: Companhia Editoria de Pernambuco, 2004); José Antônio Gonsalves de Mello, *João Fernandes Vieira: mestre-de-campo do terço de infantaria de Pernambuco* (Lisboa: CEHA, 2000); Evaldo Cabral de Mello, *Olinda restaurada: Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654* (São Paulo: Editora 34, 2007).

13. Segundo Adriano Comissoli, "A inteligência é identificada como um sistema e práticas relacionados à coleta, ao processamento e à análise de informações para transformá-las em conhecimento útil para a defesa do Estado. A definição abrange muito do que foi feito em nome do rei para garantir a aplicação de sua lei, repelir seus inimigos e demarcar áreas de soberania, ou seja, áreas nas quais o monarca não reconhecia nenhum superior"; Adriano Comissoli, "Spies and Espionage in the Iberian Atlantic", *Oxford Research Encyclopedia of Latin American History* (New York: Oxford University Press, 2021) 5.

situações, em Janeiro de 1646, as forças luso-brasileiras capturaram e interrogaram duas "índias brasilianas, que andavam mariscando entre as fortalezas do inimigo". O mestre de campo Martim Soares Moreno, "mui versado e destro na língua brasiliana" utilizou de seu conhecimento e reputação para obter informações acerca da situação do lado neerlandês. Calado descreve o contato intercultural das indígenas com o mestre de campo como tendo se dado através de "algazarras e festas que entre si costumam, com muitas lágrimas, e pranto, causados (segundo eles dizem) de amor e saudade, celebrando as memórias do bem passado e antiga amizade". Na sequência, elas informaram que os "brasilianos" do Recife consideravam desertar para o lado português, porque vinham padecendo com a fome e sede ocasionada pelo racionamento praticado pelos holandeses e imposto pela escassez resultante do cerco. As indígenas também revelaram que os holandeses os mantinham sob "muita vigilância e os traziam apartados uns dos outros e mais porque lhes metiam em cabeça; que se viessem para os portugueses os haviam de matar a todos em castigo de lhes haverem sido traidores, e tomado as armas contra eles". O objetivo das forças luso-brasileiras com esse contato era não só coletar informação sobre a situação das tropas holandesas, mas também convencer os indígenas aliados dos neerlandeses que eles seriam bem acolhidos caso trocassem de lado: "fazendo-lhe bom e amigável tratamento, as tornaram a mandar para o Recife, para que persuadissem a todos seus amigos e parentes que se passassem para a nossa parte com expressa segurança de que se lhe daria bom quartel e se lhe perdoariam todas suas culpas e seriam tratados com muita benevolência e amizade".[14]

A deserção e a troca de lado eram constantes no começo da insurreição. Para além dos oficiais neerlandeses que foram subornadas e incorporadas as forças luso-brasileiras,[15] os relatos da guerra fornecem diversos elementos para pensar como as informações importantes circulavam pelas camadas populares. Um português pobre e mendicante que circulava pelo Recife com suas muletas foi expulso pelos holandeses em 26 de janeiro de 1646. O cerco já fazia sentir os efeitos da escassez de alimentos e víveres e aparentemente os neerlandeses não estavam dispostos a auxiliar "um homem pobre português entrevado".[16] As sentinelas luso-brasileiras que vigiavam o Recife interceptaram o homem e trouxeram para o Arraial de Bom Jesus, local de reunião dos comandantes da insurreição. O homem "deu por novas que os holandeses estavam muito faltos de mantimentos e que entre eles valia um alqueire de farinha da terra cinco patacas e uma laranja um vintém, e um

14. Manoel Calado, *O valeroso lucideno e triunpho da libertade*, v. 2 (Recife: CEPE, 2004) 196.

15. O principal caso desse tipo ocorreu quando o governador-geral Antônio Teles da Silva ofereceu suborno (um posto militar e honrarias) ao capitão Diederick van Hoogstraten, durante uma visita da comitiva holandesa em Salvador. Em troca o governador pediu a entrega da fortaleza do Cabo de Santo Agostinho, o que ocorreu alguns meses depois quando a insurreição foi deflagrada. Hugo André Flores Fernandes Araújo, "The Insurrection of Pernambuco and the Surrender of the Dutch in Brazil (1645-1654)", *Oxford Research Encyclopedia of Latin American History* (New York: Oxford University Press, 2022a) 10.

16. Calado 194.

cântaro de água doce um tostão, e que os mais deles bebiam [água] de cacimbas mui salobres, pela qual razão morriam de câmaras [de sangue]".[17] Além disso, o informante deu conta das diversas discussões e rumores que circulavam pela cidade: acerca de uma armada de socorro que chegaria em breve; a desesperança de parte das tropas que se inclinavam a capitular; dos judeus do Recife que emprestavam dinheiro ao Alto Conselho para manter as tropas mobilizadas.[18]

Ainda no começo de 1646 as forças luso-brasileiras receberam informações detalhadas de escravizados que haviam fugido do Recife. Os cinco escravos contaram ao comando insurgente como haviam chegado "três barcos carregados de feridos, que haviam escapado com vida de uma grande batalha, que os holandeses tiveram no Rio Grande com o Governador Camarão,[19] aonde morreram muitos holandeses índios e tapuias".[20] O relato dos escravos apresentava uma situação de visível enfraquecimento das forças neerlandesas, pois "tinham poucos soldados no Recife e que nas fortalezas e nas naus do mar não havia mais que artilheiros e marinheiros e alguns índios".[21] Além disso, indicavam que "os negros Angolas, Minas e Ardas, que estavam com o inimigo, todos se queriam vir para nós, porém que os holandeses lhes metiam em cabeça que os negros, que fugiam do Recife, os portugueses os mandavam entregar aos Tapuias selvagens para que os matassem e os comessem assados e cozidos".[22] Tal como no exemplo das indígenas, os escravos apresentaram como as autoridades holandesas buscavam coibir as fugas e deserções através do medo, indicando toda sorte de torturas e violências que eles poderiam sofrer nas mãos dos portugueses. Contudo, a disposição de várias nações africanas trocarem de lado foi algo explorado pelas forças luso-brasileiras, que enviaram "um Mina negro para o Recife, como que ia fugindo de entre nós, para que desimaginasse a seus parentes deste engano e os solicitasse a que fugissem do inimigo e se viessem para nós e lhes dissesse como testemunha de vista o bom tratamento que fazíamos aos negros fugidos".[23]

Nesse sentido, as fontes holandesas oferecem um complemento interessante acerca das tensões que permeavam os grupos étnicos que estavam no Recife. No

17. Calado 195; "Câmaras de sangue" era como se denominava a disenteria com sangue, fruto da ingestão de água insalubre e contaminada.

18. Calado 194.

19. D. Antônio Felipe Camarão (1600-1648) era o líder das tropas indígenas das forças luso-brasileiras. José Antônio Gonsalves de Mello, *D. Antônio Filipe Camarão: Capitão-mor dos Índios da Costa do Nordeste do Brasi*l (Recife: Universidade do Recife, 1954).

20. Tapuia é uma forma utilizada nas fontes de época para se referir aos grupos indígenas não aldeados e por isso retratados como bárbaros. Houve uma intensa construção social em torno do termo ao longo dos séculos XVI e XVII, como forma de retratar o "outro", o indígena selvagem e inimigo. Diversos trabalhos apresentam essa discussão: Maria Cristina Pompa, *Religião como tradução: missionários, Tupi e "Tapuia" no Brasil colonial* (Tese de Doutorado em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001); Guida Marques, "O índio gentio ao gentio bárbaro: usos e deslizes da Guerra Justa na Bahia seiscentista", *Revista de História* 171 (2014): 15-48; Calado 197-198.

21. Calado 198.

22. Calado 198.

23. Calado 198.

começo de janeiro de 1646, cerca de um mês antes do relato apresentado pelos cinco escravos, o *Diário ou breve discurso...* registrou a prisão de um negro por haver envenenado outras pessoas, pois "um [homem] que, bebendo com ele um pouco de garapa, tão depressa bebeu como caiu morto, e isto na presença de várias pessoas".[24] As suspeitas de uma relação com os luso-brasileiros logo foi aventada, uma vez que encontram com ele "diversos venenos dentro de uma caixa, com os quais ele pretendia envenenar nossos poços. E fora de dúvida que alguns traidores fazem o seu jogo por intermédio desse negro".[25] Ademais, os holandeses já manifestavam ciência da imensa vulnerabilidade que se encontravam com as contínuas fugas: "os dobrões espanhóis operam maravilhosamente os seus efeitos nessas criaturas dos Portugueses, *pois nada se passa aqui, por insignificante que seja, que o inimigo não saiba logo*, como claramente se tem verificado pelos negros que, ao passarem se para o inimigo, são apreendidos".[26]

Contudo, como as fontes portuguesas sugerem é provável que essas ações de envenenamento não tivessem uma relação direta com o exército luso-brasileiro. No fim de janeiro de 1646, quase um mês após os eventos citados no relato holandês, dois escravos pescadores fugiram do Recife com jangadas e relataram os acontecimentos aos comandantes portugueses:

> no Recife morriam muitos de enfermidades contagiosas, assim flamengos, como judeus e que os negros Minas haviam deitado peçonha em uma cisterna donde os holandeses bebiam e que por isso morriam tantos e que os ditos negros estavam avisados entre si que nenhum bebesse daquela água e que os holandeses não sabiam o de que lhe morria tanta gente, porque *os negros haviam deitado a peçonha na água com muito segredo*.[27]

As desconfianças eram alimentadas pelo clima de constante tensão e as estratégias de contra-inteligência e desinformação[28] não passavam despercebidas pelas as autoridades dos dois lados do conflito. Os holandeses prenderam um escravo que aparentemente atuava coletando informações e disseminando desinformação: "visto como tem vindo para cá muitas vezes somente para iludir-nos; depois de

24. Anônimo, "Diário ou Breve discurso acerca da rebellião e dos perfidos desinios dos portugueses do Brazil, descobertos em Junho de 1645, e do mais que se passou até 28 de Abril de 1647. Escripto por um curioso que residia no Brazil no começo da rebellião, e que ainda agora ahi mora. Arnhem, 1647", *Revista do Instituto Archeologico e Geographico de Pernambuco* 32 (1887): 169.
25. Anônimo 169.
26. Anônimo 169. Grifo nosso.
27. Calado 198. Grifo nosso.
28. Adriano Comissoli define contra-inteligência como "a manipulação deliberada de informações, a fim de desorientar rivais e inimigos. Essa prática utilizava os princípios de simulação e dissimulação para omitir informações, transmitir informações falsas ou até mesmo transmitir uma fusão de verdade e mentira. Essa tática protegia informações sensíveis e induzia os analistas concorrentes a cometer erros, demonstrando simultaneamente uma atitude defensiva e ofensiva". Comissoli 10.

desempenhar aqui o seu papel foge outra vez para o inimigo".[29] Os luso-brasileiros também capturaram um batedor indígena, o interrogado acerca das intenções dos holandeses obtendo informações sobre um plano de ataque: "trazido ao nosso Arraial confessou em como [ele] saíra da fortaleza dos Afogados por explorador dos holandeses a reconhecer a terra e notar as paragens aonde tínhamos força de gente e resistência, porque eles tinham determinado de fazer sua saída secreta em uma noite e dar na povoação de Muribeca e saquear e matar a todos os moradores dela".[30] Os comandantes cientes da possibilidade de ataque organizaram as forças e colocaram vigias nos caminhos, sem que ocorresse qualquer movimentação mencionada no plano relatado pelo batedor indígena. É provável que se tratasse de uma estratégia de desinformação, pois além do indígena ter fugido no dia seguinte, os dados apresentados por ele cumpriam a função de manter o inimigo ocupado e com a atenção focada em outros pontos.

As dinâmicas de espionagem e a coleta de informações[31] ocorridas em diversas situações também destacam o papel central dos *agentes comuns* no jogo de forças. Em fevereiro de 1645, as autoridades portuguesas receberam aviso de um informante que uma delegação holandesa iria à Salvador, e sob o pretexto da visita espionaria o que ocorria na cidade. Uma embarcação "fugida do Recife" alertou o governo-geral de que os holandeses iriam para a Bahia averiguar notícias recebidas: acerca dos preparativos de uma armada para Angola. Temendo que o plano de envio de tropas e munições para recuperar Angola fosse descoberto, Antônio Teles da Silva acelerou o apresto dos navios e os despachou antes que os holandeses chegassem a urbe soteropolitana.[32] Contudo, o relato de Joan Nieuhof, indica que os holandeses chegaram a avistar a partida dos navios, e durante sua visita buscaram se informar. De várias autoridades os holandeses ouviram que os navios tinham Portugal como destino. A delegação conseguiu descobrir a meia verdade pouco antes de retornar ao Recife, através de "uma mulata de nome Juliana e também por dois monges".[33] Ouviram que as embarcações tinham como destino Angola e que seu envio, alegadamente, era para a proteção dos portugueses de "um ataque dos negros do país" e que não tinham intenção de "praticar nenhum ato hostil contra os holandeses".[34] Os holandeses evidentemente não acreditaram na versão apresentada.

29. Anônimo 182.

30. Calado 195. Grifo nosso.

31. Como Adriano Comissoli indica há uma distinção entre essas práticas de inteligência: "Ao contrário da coleta de informações, destinada a reunir relatórios acerca do que circulava em diferentes canais, a espionagem era uma atividade mais específica. Seu objetivo era obter informações que os rivais não queriam que circulassem, o que era feito por meio de engano e dissimulação". Comissoli 7.

32. "Carta de António Teles da Silva a El-Rei acerca do Socorro enviado a Angola", *Monumenta Missionária Africana. África* ocidental, ed., António Brásio (Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1960) 480.

33. Joan Nieuhof, *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil (1682)* (São Paulo: Livraria Martins, 1942) 102.

34. Nieuhof 102.

As repercussões das ações de *agentes comuns* tinham pesos variados em cada situação, mas em algumas circunstâncias seus efeitos eram particularmente desagregadores. O "mulato" de Angola, Francisco Bugalho protagonizou um evento que expôs um intrincado esquema de espionagem e comunicação secreta no Recife. Em 8 de Maio de 1646 Bugalho recebeu de João Fernandes de Alagoas uma pequena caixa de madeira com alguns papéis para entregar aos rebeldes que sitiavam o Recife. Na caixa estavam algumas cartas cifradas com informações sobre as vulnerabilidades da defesa da cidade Maurícia e do Recife, com números de tropas distribuídas por cada fortaleza, além do estabelecimento dos códigos para uma comunicação visual feita de modo secreto.[35] De posse das cartas Bugalho optou por entregá-las ao Alto Conselho, expondo a operação de espionagem e invariavelmente condenando João Vieira de Alagoas a passar por torturas e execução em praça pública.

Cabe questionar quais seriam as intenções de Bugalho com a traição e o que ele teria a ganhar com isso? Entretanto as fontes consultadas não fornecem respostas que indiquem a motivação da traição ou mesmo da deserção para o lado neerlandês. O angolano é descrito como um traidor dos portugueses que havia passado para lado dos holandeses durante a ocupação de Angola. Veio para o Recife a bordo navio *Heemstee,* e em Pernambuco envolveu-se com os poucos luso-brasileiros que ainda residiam ali após a insurreição, a ponto do espião João Vieira procurá-lo para entregar as cartas cifradas. Por outro lado, as fontes holandesas apresentam como a delação trouxe ganhos materiais ao angolano. Uma semana após delatar o espião, Bugalho apresentou uma petição pedindo um terço dos bens de João Fernandes de Alagoas, alegando que era um jovem pobre e que não poderia retornar a sua terra natal após ter traído os portugueses, pois temia por sua vida. Os conselheiros atenderam ao pedido de Antônio Bugalho que recebeu 75 florins pela entrega das cartas.[36] Em Junho, o Alto Conselho recomendou ao Heeren XIX, o conselho de administradores da WIC, que Bugalho fosse recebido nos Países Baixos e alocado em algum bom trabalho como remuneração por seus bons serviços no Brasil.[37] Antônio Bugalho era um negro livre ou um mestiço (por ser descrito como mulato) que viu na aliança com os holandeses uma oportunidade para sua mudança de posição social e para a acumulação material. A traição comprometeu sua permanência no Brasil e o retorno para Angola, mas ao que tudo indica abriu as portas para o serviço nos Países Baixos.[38]

35. O conteúdo das cartas foi analisado e publicado em: Hugo André Flores Fernandes Araújo e Jörgen Dinnissen, "A "Mirror for All Traitors". Captured Ciphertexts from a Portuguese Spy in Dutch Brazil (1646)", *Proceedings of the 6th International Conference on Historical Cryptology HistoCrypt 2023*, (Munich: Linköping Electronic Conference Proceedings, 2023).

36. 15/05/1646. NL-HaNA, OWIC, 1.05.01.01, inv.nr. 62-115: unfoiled.

37. 01/04/1646. NL-HaNA, OWIC, 1.05.01.01, inv.nr. 62-42: unfoiled. A data provavelmente foi registrada equivocadamente como abril, uma vez que os eventos pelos quais Bugalho é recomendado não haviam sequer acontecido. É provável que a carta seja de Junho porque foi enviada em conjunto com outras escritas no mesmo mês. Araújo e Dinnissen 41.

38. Mark Meuwese indica como outros africanos que serviram no Brasil Holandês buscaram postos nos países baixos, sobretudo após a capitulação neerlandesa de 1654: "*Francisco d'Angola, a former ensign of a company of free blacks in Brazil, petitioned the States-General for payment of his WIC salary. Francisco was*

Os exemplos apresentados não esgotam as fontes e os casos em que os *agentes comuns* desempenharam papéis definidores para os rumos do conflito. Basta recordar o papel dos sentinelas e dos emboscadores nas duas batalhas dos Guararapes nas quais as forças luso-brasileiras, mesmo com uma notável inferioridade numérica, impuseram derrotas significativas aos neerlandeses.[39] Durante as guerras holandesas a circulação de negros, indígenas, mulatos e brancos pobres era parte do cotidiano de trabalho, do vai e vem dos afazeres que permitia a esses atores sociais desempenhar vários papéis centrais para a organização da guerra e dos sistemas de inteligência, e em ultima medida, suas ações materializavam de modo informal os desígnios imperiais que estavam em conflito.

2. Agentes comuns e predação marítima

Na segunda metade do século XVII o Atlântico português foi palco de intensas disputas imperiais travadas de modo direto através de invasão e ocupação territorial ou de modo indireto por ações de predação marítima. Por predação marítima entendemos várias formas do uso da força e violência, tais como ataques contra navios em alto mar (definição clássica de pirataria); roubo de embarcações em zonas costeiras (rios e portos) sob jurisdição de um Estado; saques, incursões costeiras, invasões e pilhagem realizados por vias marítimas; além de práticas de corso e julgamento de presas autorizadas por Estados.[40]

Como uma forma particular de guerra, a predação marítima impunha diversos desafios aos impérios marítimos, e no caso português isso se agravava em função da ausência de uma armada real poderosa ou de esquadras de guarda-costas que atuassem de modo permanente nos espaços coloniais. A proteção das rotas de navegação e dos espaços costeiros dependia de uma política de defesa com vários elementos interdependentes como a construção de fortalezas, manutenção de tropas em cidades portuárias, adoção de regimes de frotas e comboios, vigilância costeira, circulação de informações e organização de expedições navais de patrulhamento.[41]

---

joined by one Juse d'Angola, another black veteran of Brazil". Mark Meuwese, *Brothers in Arms, Partners in Trade: Dutch-Indigenous Alliances in the Atlantic World, 1595-1674* (Leiden/Boston: Brill, 2012) 183.

39. Em março de 1648, durante a primeira batalha as forças neerlandesas contavam com 4,500 soldados, enquanto as forças luso-brasileiras somavam 2,200 soldados. As descrições das batalhas detalham como os planos insurgentes dependiam da vigilância das ações inimigas e das emboscadas. Diogo Lopes Santiago, *História da Guerra de Pernambuco* (Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004) 495-515, (primeira batalha de Guararapes), 537-557 (segunda batalha de Guararapes); De modo que "não foi um exército português que expulsou os holandeses do Brasil, mas um exército colonial, também ele baseado na cooperação, entre colonos portugueses, índios e negros, e também ele profundamente informal e auto-organizado". Polónia e Barros 30.

40. Stefan Eklöf Amirell e Leos Müller, eds., *Persistent Piracy*: *Maritime Violence and State Formation in Global Historical Perspective*, (New York: Palgrave Macmillan, 2014) 2.

41. Francisco Carlos Cosentino, "Apontamentos sobre a defesa do litoral, questões militares, governo-geral do Estado do Brasil e carreira militar, séculos XVI e XVII". *Navigator: Subsídios para a história marítima do Brasil* 8.15 (2012): 9-25.

Nesse intrincado sistema de defesa os *agentes comuns* tinham um papel fundamental, ora cooperando com as dinâmicas de defesa, ora colaborando com invasores estrangeiros. Desse modo veremos como comunidades costeiras, pescadores, indígenas e marinheiros se relacionavam com o universo da predação marítima.

Comecemos pelos pescadores e pelas comunidades costeiras porque na maioria das vezes eles eram os primeiros a ter contato com os estrangeiros que se aproximavam da costa. O relato de William Dampier mostra como os pescadores foram seu primeiro contato ao se aproximar da Bahia recebendo-os abordo para comprar peixe e obter informações sobre a entrada no porto de Salvador.[42] No Rio de Janeiro Woodes Rogers teve um encontro parecido, no qual além de comprar peixes e frutas da terra acordou com os pescadores que pagaria recompensa caso capturassem algum marinheiro fugitivo de sua tripulação.[43]

Em algumas situações esses contatos poderiam frustrar os planos de defesa. A interrupção da navegação costeira era ordenada quando inimigos eram avistados, tanto como forma de preservar as embarcações, quanto para impedir os invasores fossem alertados. Isso ocorreu em 1683 quando o governo-geral preparava uma expedição guarda costa contra embarcações inimigas que rondavam a Bahia, proibindo que os pescadores da comunidade do Rio Vermelho fossem ao mar "para que o inimigo não tomasse língua".[44] Contudo, quando "as ditas embarcações [saíram para caçar os Piratas] não acharam ao inimigo e se entendeu que tivera aviso, de que [o desembargador] fora tirar devassa por ordem do dito governador e achara culpados oito negros, que sairão a pescar e deram aviso ao inimigo".[45]

Em outros casos é possível perceber como as constantes investidas contra as vilas costeiras moldavam as desconfianças e a auto-organização da defesa. Quando a tripulação de Woodes Rogers se aproximou da vila de Angra dos Reis, nas proximidades da cidade do Rio de Janeiro, sua a tripulação foi recebida, em um primeiro momento, com hostilidade: "O povo suspeitando que eles eram franceses dispararam neles várias vezes, mas não os machucaram, e quando eles vieram em terra imploraram seu perdão. Os frades convidaram-lhes para ir ao Convento e *lhes disseram que são sempre saqueados pelos franceses, do contrário não estariam tão prontos para disparar contra eles*".[46] Os bucaneiros que rondavam a costa do Rio Grande em 1685 haviam tomado várias presas no mar, com carga de açúcar e peixe. Contudo, quando se aventuraram em terra, com a intenção de saquear currais de gado, encontraram forte resistência da população local, que matou um dos piratas e "feriram dez ou doze fazendo os retirar a seu navio".[47]

42. William Dampier, *Voyage to New-Holland, &c. In the Year 1699* (London: James Knapton, 1709) 47.

43. Woodes Rogers, *A Cruising Voyage Round the World: First to the Soth-sea, thence to the East-Indies, and homewards by the Cape of Good Hope. Begun in 1708, and finish'd in 1711* (London: Andrew Bell, 1712) 39.

44. Arquivo Historico Ultramarino (AHU), ACL, CU, 12 de dezembro de 1684, Cod. 245. f. 109.

45. AHU, ACL, CU, 12 de dezembro de 1684, f. 109.

46. Rogers 38. Grifo nosso.

47. "Carta do capitão-mor do Ceará, Sebastião de Sá, ao governador de Pernambuco, João da Cunha Souto Maior, sobre a presença de piratas holandeses na Ribeira do Açu". Avulsos do Rio Grande

Esses exemplos mostram como esses contatos eram momentos decisivos, nos quais a troca de produtos e informações poderiam comprometer as políticas de defesa, e o alerta do avistamento de um navio inimigo permitiria que as autoridades ficassem de prontidão para a defesa.

Os *agentes comuns* indígenas também desenvolveram dinâmicas muito particulares com a predação marítima. Nações como os Tabajara e os Potiguar haviam se aliado com aos neerlandeses durante a ocupação no Brasil e mesmo após a queda do Brasil Holandês esses laços foram mantidos através de contatos em pontos remotos da costa. Peter Hansen Hajstrup que servia como oficial da WIC deixou por escrito instruções para os indígenas, informando como eles poderiam identificar embarcações neerlandesas que viessem à costa e "firmar sua lealdade e amizade para com os holandeses".[48] Antes de partir com a sua guarnição para os Países Baixos, no rescaldo da capitulação, Hajstrup deixou com alguns indígenas a seguinte instrução: "Destina-se aos brasilianos, tanto da Paraíba como do Rio Grande, e também a outras nações que até hoje tem ficado fiéis ao nosso Estado. Se qualquer navio holandês chega a uma costa estrangeira, eles disparam duas vezes um tiro de canhão e içam a bandeira do Príncipe [de Orange], descendo-a duas e deixando-a no topo, na terceira".[49] Desse modo veremos como grupos de corsários e contrabandistas tiravam proveito dessas relações, obtendo dos indígenas as mercadorias e as informações que precisavam para organizar suas ações.

A coroa portuguesa foi alertada em 1657 sobre esses contatos a partir de uma carga de pau-brasil desembarcada em Amsterdã. O agente português nos Países Baixos, Jerônimo Nunes da Costa, comunicou a chegada de um carregamento de pau-brasil vindo do Rio Cunhaú.[50] Em resposta a coroa portuguesa ordenou uma devassa para identificar se os culpados eram "moradores daquelas partes ou índios rebeldes" uma vez que "em Holanda se armavam mais navios para continuarem o mesmo contrato".[51] Além de descobrir se haviam colaboradores, as autoridades

do Norte: AHU, ACL, CU, 20 de dezembro de 1688, 018, Cx. 1. D. 24; "Carta patente de confirmação do posto de sargento-mor da Infantaria da ordenança [do Ceará] em Estevão Velho de Moura". Guilherme Studart, "Documentos para a História do Brasil e especialmente a do Ceará. Colleção Studart", *Revista do Instituto do Ceará* 36 (1922) 195-196.

48. Peter Hansen Hajstrup, *Viagem ao Brasil, 1644-1654* (Recife: CEPE Editora, 2019) 143.

49. Hajstrup 143.

50. Avulsos da Paraíba: AHU, ACL, CU, 014, Cx. 1, D. 42. Jerônimo Nunes da Costa atuava no comércio de pau-brasil importando esse produto de Lisboa para Amsterdã. Jonathan Israel, "An Amsterdam Jewish Merchant of the Golden Age: Jeronimo Nunes da Costa (1620-1697), Agent of Portugal in the Dutch Republic", *Studia Rosenthaliana* 18.1 (1984): 31.

51. "Carta de Sua Majestade acerca do pau Brasil, que os holandeses levaram do Rio de Cunhau, da Capitania de Pernambuco". Biblioteca Nacional, *Documentos Históricos* 66 (1651-1667) *Cartas régias*, (Rio de Janeiro: Typ. Baptista de Souza, 1944) 132; O pedido de devassa era reforçado por uma reclamação da Junta da Companhia Geral discutida no Conselho Ultramarino em novembro de 1657. 11/11/1657. Avulsos de Pernambuco: AHU, ACL, CU, 11 de novembro de 1657,015, Cx. 7, D. 597.

buscavam coibir esse tipo de ação e impedir que esses contatos propiciassem uma nova invasão estrangeira:

> para que esta navegação se não continue e *que os inimigos com este motivo se não fortifiquem em algum daqueles portos com que se principie alguma nova guerra e sirva de abrigo aos piratas*, vos encomendo muito e mando que procureis com todo o cuidado atalhar esta nova navegação e comunicação dos holandeses fazendo juntamente todas as diligências por saber as pessoas que têm concorrido nela, por não ser possível que pudessem os ditos navios tomar carga sem se ter notícia deles nem do corte que se fez do pau-brasil, para se embarcar nos mesmos navios.[52]

Contudo, a devassa não encontrou provas do envolvimento de moradores ou indígenas. As testemunhas relatavam que não tinham avistado navios holandeses na costa da Paraíba desde a restauração de Pernambuco.[53] Entretanto, dois eventos mencionados nos depoimentos nos ajudam a compreender melhor as incursões estrangeiras na região. Francisco de Morais, testemunha que teve contato direto com os corsários neerlandeses, contou que partiu em seu barco da Paraíba para as salinas próximas ao porto de "João Estau" (João Lostrão), um porto remoto na capitania do Rio Grande. Nas proximidades das salinas, Morais encontrou um navio que aguardava o retorno de um lancha vinda da terra. Ao constatar que se tratava de estrangeiros, a testemunha "se avançou com o barco e gente que levava e pelejando com ela a rendeu com nove flamengos dos quais se mataram seis e os três trouxe consigo".[54] Os prisioneiros confessaram que vieram recuperar troncos de pau-brasil que haviam escondido desde o tempo em que controlavam aqueles territórios. Antes de serem capturados conseguiram por "dentro do patacho obra de duzentos quintais [12,000 kg]" sem ajuda de "gentio algum nem outra nenhuma pessoa".[55] Outra testemunha, Pedro Ferreira Sampaio, descreveu outro incidente ocorrido no mesmo período nas proximidades do forte dos Reis Magos. O combate entre soldados portugueses e corsários holandeses desembarcados resultou na morte de quatro neerlandeses e de um soldado do forte, além de outros feridos. Após o combate, os soldados do forte decidiram queimar o pau-brasil encontrado pra evitar que outros grupos conseguissem tomar a carga.[56]

Os indícios dos contatos entre indígenas e estrangeiros se tornaram mais perceptíveis a partir da década de 1680. O padre Antônio Vieira resumiu a preocupação das autoridades com o aumento dessas ações: a "costa de dois anos a esta

52. "Carta de Sua Majestade acerca do pau Brasil", 132.
53. "Devassa que se tirou por especial ordem de Sua Majestade na Capitania da Paraíba sobre a carga do pau-brasil que fizeram os flamengos naqueles portos". Luiza da Fonseca, 2 de setembro de 1658, AHU, ACL, CU, 005, Cx. 15, D. 1734.
54. "Testemunha: Francisco de Morais, 29 anos de idade", 3 de setembro de 1658, AHU, ACL, CU, 005, Cx. 15, D. 1734.
55. "Testemunha: Francisco de Morais".
56. "Testemunha: Pedro Sampaio Ferreira, 47 anos de idade". AHU_ACL_CU, 3 de setembro de 1658, 005, Cx. 15, D. 1734.

parte anda infestada de corsários, particularmente franceses, dos quais alguns em melhor hábito que de corsários foram achados sondando-nos os portos, e ensinando os bárbaros a manear as armas europeas".[57] No contexto da guerra das Conquistas dos Sertões dos Norte, uma série de combate entre indígenas e colonos portugueses nas regiões de fronteira do povoamento, diversos relatos dão conta de como alguns povos indígenas estavam obtendo pólvora e armas de fogo de estrangeiros. O relato de Gregório Varela de Berredo Pereira descreveu como os "tapuias" adaptaram as armas de fogo européias ao seu modo de guerra: "não sabiam tirar com espingardas, mas já hoje o fazem melhor do que nós e trazem muitas dos vaqueiros que tomaram e algumas presas mais que tiveram".[58] O emprego de armas de fogo se impôs como uma séria restrição às investidas luso-brasileiras na guerra. Um governador chegou a ressaltar com desconfiança o fato de que por vários anos "não faltou pólvora nem bala" aos indígenas "porque sendo certo que eles a não fazem, ou lhe vai da nossa parte, ou lhe vem de outra de fora", enfatizando que soubera que um "Pirata por resgate de alguns gados lhe metera alguma [pólvora]: porém esta, não pode ser tanta que suprisse tão largo tempo".[59] A suspeita se confirmou quando as autoridades portuguesas capturam o líder indígena Canindé, chamado de "rei dos Janduís", que possuía em sua companhia um "corsário batizado",[60] materializando o que diversos relatos sugeriam acerca dos contatos frequentes entre os indígenas e os estrangeiros.

Esses exemplos mostram como as relações interculturais entre indígenas e piratas eram marcadas por trocas e alianças que favoreciam interesses de ambas as partes: estrangeiros queriam ter acesso a produtos e informações sobre o transito naval a fim de obter mais sucesso em suas operações de predação marítima, ao passo que indígenas que resistiam às investidas portuguesas obtinham armas e equipamentos que os auxiliavam no esforço de guerra.

Em outras regiões da América portuguesa os indígenas eram peças centrais do sistema de defesa. Wania Viana indicou como os povos aliados foram fundamentais para a defesa da região amazônica nos séculos XVII e XVIII, especialmente devido à escassez de soldados portugueses. Na capitania do Pará, os soldados indígenas participaram ativamente das expedições da guarda-costa que patrulhavam a região entre a área de controle português e o Cabo Norte, na fronteira com Caiena,

57. J. Lúcio de Azevedo, coord., *Cartas do Padre António Vieira*. T. III. (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928) 543.

58. José Antônio Gonsalves de Mello, "Pernambuco ao tempo de Câmara Coutinho (1689-1690)" *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano* LI (1979) 265.

59. "Carta do Arcebispo Frei Manuel da Ressurreição para os Mestres de Campo Antônio de Albuquerque da Câmara e Domingos Jorge Velho". Biblioteca Nacional, *Documentos Históricos 10 (1671-1692): Correspondencia dos governadores geraes: Affonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça; Roque da Costa Barreto, Antonio de Sousa de Menezes, Marquês das Minas, Mathias da Cunha, Frei Manuel da Resurreição, Antônio Luiz da Câmara Coutinho e da Junta Trina* (Rio de Janeiro: Augusto Porto e Companhia, 1929) 347-350.

60. "Carta de Antônio Luis Gonçalves da Câmara Coutinho para o Capitão-mor do Rio Grande Agostinho César de Andrade". Biblioteca Nacional, *Documentos Históricos*, 408-410.

território controlado por franceses. As expedições da guarda costeira nessa região fronteiriça buscavam repelir piratas, invasores estrangeiros e conter os povos Aruã e Amanajú, que mantinham relações com franceses e holandeses e frequentemente saqueavam as colônias portuguesas.[61]

Por fim, trataremos do papel dos marinheiros. Esses *agentes comuns* eram a espinha dorsal da navegação portuguesa e isso fez com que os oficiais da coroa tivessem um cuidado especial em garantir direitos e punições para incentivar os indivíduos a se envolverem e permanecerem nessa atividade.[62] Na América portuguesa a correspondência dos governadores gerais enfatiza todo tipo de dano que a fuga de marinheiros causava ao fluxo da navegação.[63] Uma vez em terra, vários marinheiros fugiam, para trabalhar em fazendas e engenhos de açúcar e quando os governadores tomavam conhecimento desses fugitivos, passavam ordens de prisão e os conduziam à força de volta ao trabalho.[64]

As fugas eram um problema porque a falta de marinheiros impedia que os navios retomassem suas viagens, por vezes levando à ordem de que cada navio no porto cedesse um marinheiro para formar uma tripulação mínima e garantir a partida dos navios.[65] A falta de marinheiros era tão comum que, em uma ocasião, a guarda costeira recebeu um marinheiro voluntário que era um ex-condenado. Apesar do encarceramento, seu ex-capitão recomendou o marinheiro como "bom homem de mar" devido à sua aptidão para pilotar.[66]

61. Wania Alexandrino Viana, *Gente de guerra, fronteira e sertão: índios e soldados na capitania do Pará (primeira metade do século XVIII)*, (Tese de Doutorado em História, Universidade Federal do Pará, 2019).

62. Amélia Polónia indica como as penalidades sobre os marinheiros eram em teoria bastante severas. Para quem evitava o recrutamento ou tentava se evadir a pena poderia incluir a prisão de familiares e parentes, o que segundo a autora é um sintoma da dependência da coroa desses indivíduos para viabilizar as iniciativas do poder central. Polónia 221.

63. A fuga de vários marinheiros da Nau Santa Theresa, da carreira da India fez com que o governador proibisse que outras embarcações aceitassem esses marinheiros em seu serviço, uma vez o número de marinheiros que continuavam servindo na Nau era insuficiente para que ela concluísse a viagem: "mande logo notificar a todos os Capitães, e Mestres dos navios que no dito porto estão, e a eles chegarem; e aos de todas as mais embarcações da costa com pena de duzentos cruzados pagos da cadeia (além dos mais castigos que me parecer mandar-lhe dar a meu arbítrio) não tenham mais em seus navios, nem recolham nelles, nem levem para parte alguma donde partirem, marinheiro nem grumete da dita Nau". Biblioteca Nacional, *Documentos Históricos* 7 *(1660-1670): Regimento dado ao Governador Roque Barreto (Conclusão)/Portarias dos Governadores Geraes: Francisco Barreto; Conde de Óbidos; Alexandre de Souza Freire* (1929) 422.

64. Biblioteca Nacional, *Documentos Históricos* 3 *(1648-1661): Correspondência dos Governadores Geraes: Conde de Castello Melhor, Conde de Athouguia, Francisco Barretto* (1928) 49-50.

65. "Porquanto a Nau da índia está ainda falta da gente do mar que lhe é necessária. O Provedor-mor da Fazenda Real deste Estado mande ir com efeito de cada navio mercante, dos que se acham neste porto um marinheiro para ela: e os Capitães, e mestres dos mesmos navios, o obedeçam pontualmente, e dêem logo sem duvida alguma os marinheiros que o Provedor-mor lhes ordenar." Biblioteca Nacional 7 (1929) 448.

66. O sargento que comandava a expedição guarda-costa foi aconselhado a "levar um marinheiro que se achava preso, e por se livrar do pleito por que o estava, pediu queria ir na fragata. *Seguram-*

Os marinheiros também eram essenciais para as políticas de informação, uma vez que circulavam por vários espaços como vetores físicos da transmissão de notícias. Quando as autoridades queriam obter informações específicas preferiam ouvir as notícias diretamente dos marinheiros porque esses eram capazes de "dar melhor razão do que se lhe perguntasse de notícia".[67] Esse foi o caso de um marinheiro que havia retornado de Angola, de quem as autoridades esperavam saber o "estado em que ficava o Reino de Angola (...) se tinham chegado navios de Portugal; e os [navios] que daqui partiram; se andavam na costa alguns do Inimigo, ou se haviam ido a Luanda".[68]

Em várias situações eram os próprios marinheiros que tinham que entrar em combate com os corsários para se defender. No contexto da intensificação do corso, como resultado da conjuntura conflituosa do final do século XVIII e início do século XIX, as abordagens corsárias se tornaram um perigo frequente para as tripulações da marinha mercante portuguesa. Esse foi o caso da tripulação da galera *Carlota* em julho de 1820, quando foram perseguidos e abordados por uma fragata de guerra corsária armada com 32 canhões e 250 homens. Os *agentes comuns* abordo da *Carlota* resistiram como puderam com apenas 7 peças e poucos tripulantes, até que "o capitão José Luis Nogueira viu-se 'tristemente violentado a render-se, fazendo calar o seu fogo'.".[69]

Por fim, daremos um último exemplo que concentra a centralidade desses *agentes comuns* para as políticas de defesa. O roubo de uma embarcação carregada de ouro pôs as autoridades do Rio de Janeiro em alerta sobre a presença de piratas. Em fevereiro de 1704, John Quelch e a tripulação do *Charles* haviam capturado um navio que desrespeitou o bando de D. Álvaro da Silveira, governador do Rio de Janeiro, que proibia a navegação em função do avistamento de inimigos nas proximidades. Para perseguir os piratas e recuperar a carga foram preparadas uma fragata guarda-costa e um navio mercante. A expedição não pode ser despachada porque cerca de oitenta marinheiros e artilheiros desses navios haviam fugido serra cima, seguindo a corrida do ouro que ocorria nas Minas Gerais naquele período. O governador tentou uma solução drástica para resolver a situação, ordenando a prisão de todos os marinheiros presentes no porto do Rio de Janeiro, o que causou uma fuga em massa desses, conseguido capturar apenas trinta e cinco marinhei-

-me que é bom homem de mar, e que já tem embarcado por Piloto, e assim me pareceu mandá-lo a Vossa Mercê, porque destes sempre são úteis, *quando não são mandriões*". "Carta que se escreveu ao Tenente General Francisco Lopes Vilas Boas estando embarcado a bordo da Fragata de Guerra, para sair de Armada a correr a costa". Biblioteca Nacional, *Documentos Históricos* 43 *(1716-1720). Cartas, alvarás, provisões e patentes* (1939) 111-113.

67. Biblioteca Nacional, *Documentos Históricos* 3 *(1648-1661): Correspondência dos Governadores Geraes: Conde de Castello Melhor, Conde de Athouguia, Francisco Barretto*. (1928) 199.

68. Biblioteca Nacional, *Documentos Históricos* 3, 199.

69. Hugo André Flores Fernandes Araújo e Quelen Ingrid Lopes, "Adversidades e reivindicações dos homens do mar: dinâmicas em torno da cobrança de soldadas e protestos contra a ação corsária na marinha mercante lusa (c.1788 - c.1822)", *Mundos do Trabalho* 14 (2022b): 19.

ros, número insuficiente para tripular as duas embarcações. Diante da ineficácia da ação, os marinheiros foram soltos e o governador esperava com isso era atrair de volta os marinheiros fugitivos para capturar um número suficiente. A segunda tentativa foi igualmente frustrada pela fuga desses sujeitos, sem que as autoridades conseguissem prender um marinheiro sequer. Quando D. Álvaro da Silveira obteve ajuda de outras vilas e reuniu uma tripulação para despachar os navios, o bando de Quelch já estava à caminho de Boston, transportando a carga das nove presas que havia feito na costa do Brasil.[70]

Os exemplos apresentados mostram que as relações dos *agentes comuns* com a predação marítima eram complexas e oscilavam entre dinâmicas de cooperação e oposição aos projetos de construção imperial. Pescadores, indígenas e marinheiros figuravam tanto como elementos centrais para a defesa costeira (e por consequência, para a manutenção dos territórios ultramarinos da coroa portuguesa), quanto eram capazes de desarticular os sistemas de defesa a partir de suas práticas de resistência ou de cooperação com estrangeiros.

Considerações finais

Temos argumentado que a construção imperial no Atlântico Português foi um processo descentralizado e ativamente desenvolvido por *agentes comuns*. Quando analisamos a circulação de informação durante as guerras holandesas ou a organização da defesa costeira contra a predação marítima, evidenciamos como esses grupos subalternos eram capazes de se engajar em dinâmicas de cooperação e oposição. Por um lado, isso demonstra como a coroa Portuguesa teve que compensar a falta de pessoal e recursos através da negociação com esses grupos, e por outro, revela que esses *agentes comuns* se posicionavam diante das políticas imperiais a partir de seus interesses.

Analisar a perspectiva dos *agentes comuns* nos obriga a pensar como o processo de construção imperial foi marcado pela organização e adaptação das políticas de informação e dos esforços locais para resistir aos efeitos da predação marítima. Como resultado percebemos que esses grupos moldaram não só as políticas de defesa, mas também alteraram as dinâmicas de comércio, comunicação e as relações com os estrangeiros no império português. Através dessa lente podemos acessar uma "história vista de baixo", na qual os agentes comuns se tornam atores sociais fundamentais para compreender dinâmicas de poder menos evidentes.[71] Por consequência isso nos permite repensar posições clássicas da historiografia luso-brasileira que conferiram muito destaque ao papel das elites locais e cortesãs e

70. AHU, ACL, CU, 4 de fevreiro de 1704. 017-01, Cx.14, D. 2758. *Arraignment, tryal, and condemnation of Capt. John Quelch And Others of his Company, Etc. For Sundry Piracies, Robberies, and Murder, Committed upon the Subjects of the King of Portugal, Her Majesty's Allie, on the Coast of Brasil*. (London: Ben. Bragg, 1705) 4.

71. Marcus Rediker, "Reflections on History from Below", *Trashumante. Revista Americana de Historia Social* 20 (2022): 296-299. DOI: 10.17533/udea.trahs.n20a16

ignoraram o papel dos *agentes comuns* nos processos que engendraram a construção e manutenção do império português.

Fontes

Manuscritas

Nederland, Nationaal Archief te Den Haag (Haia, Netherlands)
NL-HaNA, OWIC, 1.05.01.01, inv.nr. 62-42: unfoiled. 01/04/1646.
NL-HaNA, OWIC, 1.05.01.01, inv.nr. 62-115: unfoiled. 15/05/1646

Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa, Portugal)
AHU_ACLCU_Cod. 245. fl.109. 12/12/1684.
"Carta do capitão-mor do Ceará, Sebastião de Sá, ao governador de Pernambuco, João da Cunha Souto Maior, sobre a presença de piratas holandeses na Ribeira do Açu". *Avulsos do Rio Grande do Norte*: AHU_ACL_CU_018, Cx. 1. D. 24. 13/10/1685.
Avulsos da Paraíba: AHU_ACL_CU_014, Cx. 1, D. 42. 25/10/1657
Avulsos de Pernambuco: AHU_ACL_CU_015, Cx. 7, D. 597. 11/11/1657.
"Devassa que se tirou por especial ordem de Sua Majestade na Capitania da Paraíba sobre a carga do pau-brasil que fizeram os flamengos naqueles portos". *Luiza da Fonseca*. AHU_ACL_CU_005, Cx. 15, D. 1734. 02/09/1658.
AHU_ACL_CU_017-01, Cx.14, D. 2758. 04/02/1704.

Impressas

"Carta de António Teles da Silva a El-Rei acerca do Socorro enviado a Angola". AHU_Angola, cx. 4, D. 366. *In:* Brásio, António (Ed.) *Monumenta Missionária Africana. África ocidental (1643-1646).* Vol. IX, Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1960.

"Carta patente de confirmação do posto de sargento-mor da Infantaria da ordenança [do Ceará] em Estevão Velho de Moura". Studart, Guilherme. "Documentos para a História do Brasil e especialmente a do Ceará. Colleção Studart", *Revista do Instituto do Ceará*, v. 36, p. 97-230, 1922.

Anônimo. "Diário ou Breve discurso acerca da rebellião e dos perfidos desinios dos portugueses do Brazil, descobertos em Junho de 1645, e do mais que se passou até 28 de Abril de 1647. Escripto por um curioso que residia no Brazil no começo da rebellião, e que ainda agora ahi mora. Arnhem, 1647", *Revista do Instituto Archeologico e Geographico de Pernambuco* 32, 1887.

Arraignment, tryal, and condemnation of Capt. John Quelch And Others of his Company,

Etc. For Sundry Piracies, Robberies, and Murder, Committed upon the Subjects of the King of Portugal, Her Majesty's Allie, on the Coast of Brasil. London, Ben. Bragg, 1705.

Azevedo, J. Lúcio de, coord., *Cartas do Padre António Vieira*. Tomo III. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928.

Biblioteca Nacional. *Documentos Históricos* 3 *(1648-1661): Correspondência dos Governadores Geraes: Conde de Castello Melhor, Conde de Athouguia, Francisco Barretto*. Rio de Janeiro: Augusto Porto e Companhia, 1928.

Biblioteca Nacional. *Documentos Históricos* 7 *(1660-1670): Regimento dado ao Governador Roque Barreto (Conclusão)/Portarias dos Governadores Geraes: Francisco Barreto; Conde de Óbidos; Alexandre de Souza Freire*. Rio de Janeiro: Augusto Porto e Companhia, 1929.

Biblioteca Nacional. Documentos Históricos. *Vol. 10 (1671-1692): Correspondencia dos governadores geraes: Affonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça; Roque da Costa Barreto, Antonio de Sousa de Menezes, Marquês das Minas, Mathias da Cunha, Frei Manuel da Resurreição, Antônio Luiz da Câmara Coutinho e da Junta Trina*. Rio de Janeiro: Augusto Porto e Companhia, 1929.

Biblioteca Nacional. *Documentos Históricos. Vol. 43 (1716-1720) Cartas, alvarás, provisões e patentes*. Rio de Janeiro: Typ. Baptista de Souza, 1939.

Biblioteca Nacional, *Documentos Históricos*. *Vol. 66 (1651-1667) Cartas régias.* Rio de Janeiro: Typ. Baptista de Souza, 1944.

Calado, Manoel. *O valeroso lucideno e triunfo da liberdade* 2.5. ed. Recife: CEPE, 2004.

Dampier, William. *Voyage to New-Holland, &c. In the Year 1699*. Second Edition. London: James Knapton, 1709.

Hajstrup, Peter Hansen. *Viagem ao Brasil, 1644-1654.* Recife: CEPE Editora, 2019.

Mello, José Antônio Gonsalves de. "Pernambuco ao tempo de Câmara Coutinho (1689-1690)" *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano* LI (1979).

Nieuhof, Joan *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil (1682)*. São Paulo: Livraria Martins, 1942.

Rogers, Woodes. *A Cruising Voyage Round the World: First to the Soth-sea, thence to the East-Indies, and homewards by the Cape of Good Hope. Begun in 1708, and finish'd in 1711.* London: Andrew Bell, 1712.

Santiago, Diogo Lopes. *História da Guerra de Pernambuco*.Recife; Companhia Editora de Pernambuco, 2004.

Bibliografia

Almeida, Carla Maria Carvalho de, org., *Diálogos com o império: câmaras ultramarinas e comunicação política na monarquia pluricontinental portuguesa, séculos XVII e XVIII*, Belo Horizonte: Fino Traço, 2019.

Amirell, Stefan Eklöf; Müller, Leo, eds., *Persistent Piracy*: *Maritime Violence and State*

Formation in Global Historical Perspective. New York: Palgrave Macmillan, 2014.

Antunes, Cátia; Polónia, Amélia, eds., *Beyond Empires: Global, Self-Organizing, Cross-Imperial Networks, 1500-1800*, Leiden/Boston: Brill, 2016.

Antunes, Cátia; Polónia, Amélia (Eds.), *Mechanisms of global empire building.* Porto: Afrontamento, 2017.

Araújo, Hugo André Flores Fernandes. "The Insurrection of Pernambuco and the Surrender of the Dutch in Brazil (1645-1654)", *in*: *Oxford Research Encyclopedia of Latin American History*. New York: Oxford University Press, 2022a. DOI: 10.1093/acrefore/9780199366439.013.1031 (25/03/2024)

Araújo, Hugo André Flores Fernandes; Lopes, Quelen Ingrid. "Adversidades e reivindicações dos homens do mar: dinâmicas em torno da cobrança de soldadas e protestos contra a ação corsária na marinha mercante lusa (c.1788 - c.1822)", *Mundos do Trabalho* 14 (2022b). DOI: 10.5007/1984-9222.2022.e86800 (25/03/2024).

Araújo, Hugo André Flores Fernandes; Dinnissen, Jörgen. "A "Mirror for All Traitors". Captured Ciphertexts from a Portuguese Spy in Dutch Brazil (1646)", *in*: *Proceedings of the 6th International Conference on Historical Cryptology HistoCrypt 2023*. Munich: Linköping Electronic Conference Proceedings, 2023. DOI: 10.3384/ecp195693 (25/03/2024)

Bialuschewski, Arne. "Slaves of the Buccaneers: Mayas in Captivity in the Second Half of the Seventeenth Century", *Ethnohistor*y 64.1 (2017) 41-63. DOI: 10.1215/00141801-3688359 (24/03/2024)

Bialuschewski, Arne. "Juan Gallardo: A Native American Buccaneer", *Hispanic American Historical Review* 100.2 (2020) 233-256. DOI: 10.1215/00182168-8178200 (24/03/2024).

Boxer, Charles Ralph, *Os holandeses no Brasil, 1624-1654.* Recife: Companhia Editoria de Pernambuco, 2004.

Cabral de Mello, Eduardo, *Olinda restaurada: Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654.* São Paulo: Editora 34, 2007.

Comissoli, Adriano. "Spies and Espionage in the Iberian Atlantic", *Oxford Research Encyclopedia of Latin American History*. New York: Oxford University Press, 2021. DOI: 10.1093/acrefore/9780199366439.013.901.

Cosentino, Francisco Carlos "Apontamentos sobre a defesa do litoral, questões militares, governo-geral do Estado do Brasil e carreira militar, séculos XVI e XVII". *Navigator: Subsídios para a história marítima do Brasil* 8.15 (2012) 9-25.

Dubcovsky, Alejandra. *Informed Power: Communication in the Early American South*. Cambridge: Harvard University Press, 2016.

Fragoso, João Luís Ribeiro; Monteiro, Nuno Gonçalo, orgs., *Um reino e suas repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

Gaudin, Guillaum; Stumpf, Roberta, orgs., *Las distancias en el gobierno de los imperios*

ibéricos: Concepciones, experiencias y vínculos, Madrid: Casa de Velázquez, 2022.

Israel, Jonathan. "An Amsterdam Jewish Merchant of the Golden Age: Jeronimo Nunes da Costa (1620-1697), Agent of Portugal in the Dutch Republic", *Studia Rosenthaliana* 18.1 (1984).

Marques, Guida. "O índio gentio ao gentio bárbaro: usos e deslizes da Guerra Justa na Bahia seiscentista", *Revista de História* 171 (2014):15-48.

Mello, José Antônio Gonsalves de. *D. Antônio Filipe Camarão: Capitão-mor dos Índios da Costa do Nordeste do Brasil*. Recife, Brazil: Universidade do Recife, 1954.

Mello, José Antônio Gonsalves de. *João Fernandes Vieira: mestre-de-campo do terço* de infantaria de Pernambuco, Lisboa: CEHA, 2000.

Metcalf, Alida C. *Go-Betweens and the Colonization of Brazil, 1500-1600*, Austin: University of Texas Press, 2005.

Meuwese, Mark. *Brothers in Arms, Partners in Trade: Dutch-Indigenous Alliances in the Atlantic World, 1595-1674*, Leiden/Boston: Brill, 2012.

Polónia, Amélia; Barros, Amândio. "Articulação Portugal/Brasil. Redes informais na construção do sistema Atlântico (séculos XVI-XVIII)", *Políticas e estratégias administrativas no mundo atlântico*, orgs. Sueñu Creusa Cordeiro de Almeida; Gian Carlo de Melo Silva; Kalina Venderlei Silva; George F. Cabral de Souza. Recife: Editora Universitária UFPE, 2012.

Polónia, Amélia. "Portuguese Seafarers: Informal Agents of Empire-Building", *Law, Labour, and Empire: comparative perspectives on seafarers, c. 1500-1800,* Maria Fusaro; Bernard Allaire; Richard Blakemore e Tijl Vanneste, eds., New York: Palgrave Macmillan, 2015.

Pompa, Maria Cristina. *Religião como tradução: missionários, Tupi e "Tapuia" no Brasil colonial*. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, 2001.

Rediker, Marcus. "Reflections on History from Below". *Transhumante. Revista Americana de Historia Social* 20 (2022): 296-299. DOI: 10.17533/udea.trahs.n20a16 (18/03/2024)

Rocha, Gabriel de Avilez *Empire from the Commons: Making Colonial Archipelagos in the Early Iberian Atlantic*. Ph.D. Diss., New York, 2016.

Viana, Wania Alexandrino. *Gente de guerra, fronteira e sertão: índios e soldados na capitania do Pará (primeira metade do século XVIII)*. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal do Pará, 2019.

White, Richard. *The Middle Ground: Indians, Empires, and Republics in the Great Lakes Region, 1650-1815*. New York: Cambridge University Press, 2011.